

Bioenergia São Martinho Ltda.

Demonstrações financeiras em
31 de março de 2026 e relatório de revisão



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores da
Bioenergia São Martinho Ltda.
Pradópolis – SP

Revisamos as demonstrações financeiras da Bioenergia São Martinho Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações no patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações financeiras (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações financeiras de acordo com as referidas normas é um trabalho de asseguarção limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

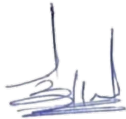
Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras da Bioenergia São Martinho Ltda. não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de março de 2026, o

desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 01 de junho de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração do fluxo de caixa (Método indireto)	6
1. Contexto operacional	7
2. Resumo das políticas contábeis materiais	8
3. Principais usos de estimativas e julgamentos.....	12
4. Gestão de capital	13
5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	13
6. Contas a receber de clientes	13
7. Imposto de renda e contribuição social	14
8. Imobilizado.....	15
9. Saldos e transações com partes relacionadas	15
10. Empréstimos e financiamentos	16
11. Faturamento antecipado.....	17
12. Patrimônio líquido	17
13. Compromissos	18
14. Receitas.....	18
15. Custos e despesas por natureza.....	19
16. Resultado financeiro	19
17. Cobertura de seguros	19

Balanço Patrimonial
Em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais

Ativo	Nota	2026	2025	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2026	2025
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	4	5	Fornecedores	9	215	598
Aplicações financeiras	5	39.472	17.221	Empréstimos e financiamentos	10	2.653	2.578
Contas a receber de clientes	6	230	69	Tributos a recolher		-	21
Imposto de renda e contribuição social	7	-	400	Imposto de renda e contribuição social a pagar	7	649	-
Outros ativos		1	3	Faturamento antecipado	11	7.017	6.730
TOTAL DO CIRCULANTE		39.707	17.698	Outros passivos		48	156
				TOTAL DO CIRCULANTE		10.582	10.083
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	53.868	56.719	Empréstimos e financiamentos	10	42.865	43.291
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		53.868	56.719	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		42.865	43.291
				TOTAL DO PASSIVO		53.447	53.374
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
				Capital social		30.251	30.251
				Reserva de lucros		9.877	-
				Prejuízo acumulado		-	(9.208)
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		40.128	21.043
TOTAL DO ATIVO		93.575	74.417	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		93.575	74.417

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais

	Nota	2026	2025
Receitas	14	58.580	23.274
Custo dos produtos vendidos	15	<u>(24.116)</u>	<u>(26.426)</u>
Lucro (prejuízo) bruto		<u>34.464</u>	<u>(3.152)</u>
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	15	(2.543)	(1.560)
Despesas gerais e administrativas	15	(167)	(174)
Outras receitas (despesas), líquidas		<u>(10)</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) operacional		<u>31.744</u>	<u>(4.886)</u>
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		3.766	1.543
Despesas financeiras		<u>(3.502)</u>	<u>(3.589)</u>
		<u>264</u>	<u>(2.046)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>32.008</u>	<u>(6.932)</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		<u>(3.138)</u>	<u>(1.243)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>28.870</u>	<u>(8.175)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais

	2026	2025
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	28.870	(8.175)
Resultado abrangente do exercício	<u>28.870</u>	<u>(8.175)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reserva de lucros	Lucros e Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de março de 2024 (não revisado)		30.251	-	(1.033)	29.218
Prejuízo do exercício		-	-	(8.175)	(8.175)
Em 31 de março de 2025		30.251	-	(9.208)	21.043
Lucro líquido do exercício		-	-	28.870	28.870
Destinação do resultado:					
Antecipação de dividendos	12(b)	-	-	(9.785)	(9.785)
Constituição de reservas de lucros	12(b)	-	9.877	(9.877)	-
Em 31 de março de 2026		30.251	9.877	-	40.128

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa (Método indireto)

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

Em milhares de reais

	Nota	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		28.870	(8.175)
Ajustes			
Depreciação	8	3.009	2.182
Resultado de imobilizado baixados		7	-
Juros e variações monetárias líquidas		(271)	2.004
Imposto de renda e contribuição social	7	3.138	1.243
		34.753	(2.746)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(161)	(65)
Tributos a recuperar		438	(351)
Outros ativos		2	-
Fornecedores		(383)	(241)
Tributos a recolher		(629)	(28)
Outros passivos		181	6.873
Caixa proveniente das operações		34.201	3.442
Juros pagos no período - empréstimos e financiamentos	10	(1.629)	(1.466)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.881)	(1.870)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		30.691	106
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao imobilizado	8	(165)	(4.644)
Investimentos (resgates) em aplicações financeiras		(18.526)	2.337
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(18.691)	(2.307)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de financiamentos - terceiros	10	-	4.181
Pagamento de financiamentos - terceiros	10	(2.216)	(1.981)
Pagamento de dividendos		(9.785)	-
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos		(12.001)	2.200
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(1)	(1)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	5	6
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	4	5
<u>Informações adicionais</u>			
Saldos em aplicações financeiras	5	39.472	17.221
Total de recursos disponíveis	5	39.476	17.226

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

Informações gerais

A Bioenergia São Martinho Ltda. ("Empresa") é uma sociedade empresária unipessoal limitada, está sediada na Fazenda São Martinho s/nº, município de Pradópolis, estado de São Paulo e têm como objetivo principal a cogeração de energia elétrica.

A Empresa é subsidiária integral da São Martinho S.A. ("SM").

No decorrer de suas atividades, a Empresa assume compromissos de fornecimentos de energia, conforme detalhado na nota explicativa 13.

A emissão das demonstrações financeiras de 31 de março de 2026 foi aprovada pela Administração da Empresa em 01 de junho de 2026.

Conflito Geopolíticos

Os conflitos geopolíticos representam um risco para a Empresa. A escalada desses conflitos em regiões-chave de produção de petróleo pode aumentar as variações nos preços de produtos vendidos, taxas, câmbio e insumos e questões logísticas, a depender da situação. Esses riscos podem impactar a receita e custos operacionais da empresa.

Variações Climáticas

Riscos associados às condições climáticas podem impactar a Empresa, especialmente geadas, questões hídricas decorrentes de secas prolongadas e incêndios, refletindo negativamente a produtividade dos canaviais, e conseqüentemente podendo afetar as receitas.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar 214, primeira regulamentação da reforma tributária.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na

apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras atuais.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2026.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, no caso da Empresa, a partir e 1º de abril de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:
 - i) As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - ii) As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - iii) Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

Atualmente, a Empresa está trabalhando para identificar todos os impactos que essas alterações terão nas suas demonstrações financeiras e

respectivas notas explicativas para estar em vigor com o novo requerimento dentro do prazo estabelecido.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras incluem investimentos que, por motivos contratuais ou outras questões do negócio, permanecem ou não com sua movimentação restrita. Caso a Administração tenha expectativa de que o evento restritivo ocorra em menos de 12 meses, a parcela relacionada é classificada para o ativo circulante. Caso contrário, o valor é mantido no ativo não circulante. As aplicações financeiras que não possuem cláusulas restritivas de movimentação são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

2.5 Instrumentos financeiros

A Empresa adota o CPC 48 Instrumentos, onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas", exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados como: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Empresa incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, parceria agrícola, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como custo amortizado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.6 Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.7 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável (*impairment*). Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por

impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.9 Faturamento antecipado

A Empresa adota a política de reconhecer a receita de contratos de fornecimento de bioenergia de acordo com o disposto na CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Os valores recebidos antecipadamente de clientes são registrados inicialmente como passivos classificados como receita diferida. A receita é reconhecida de forma proporcional ao cumprimento das obrigações de desempenho ao longo do tempo, à medida que a energia é entregue ou o serviço é prestado, garantindo que o reconhecimento da receita reflita a transferência de controle ao cliente.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de março de 2026 e 2025, conforme facultado pela legislação fiscal, a Empresa optou por apurar os tributos correntes pelo regime de "Lucro presumido".

O imposto de renda e a contribuição social da Empresa são calculados com base em um regime chamado lucro presumido. Neste regime, a base de cálculo dos impostos é definida aplicando-se certos percentuais sobre a receita bruta da empresa, ou seja, sobre o total das vendas e serviços antes de descontar os custos e despesas.

Para as vendas de produtos (excluindo devoluções), utilizam-se os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social. Já para receitas com prestação de serviços, aplica-se o percentual de 32% para ambos os tributos. Sobre as receitas financeiras não há presunção, ou seja, é tributado o total das receitas financeiras auferidas no período. Sobre a base total calculada, são aplicadas as alíquotas de 15% e o adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, resultando no valor final a ser pago.

Em observância às disposições introduzidas pela Lei Complementar nº 224/2025, a Companhia considera, na determinação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL pelo lucro presumido, o aumento dos percentuais de presunção estabelecido para pessoas jurídicas cuja receita bruta anual exceda R\$ 5.000 (cinco milhões de reais), mantidas as demais condições para permanência no regime de lucro presumido.

Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

2.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços e prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa.

A diferença entre o faturamento de forma linear e a entrega física de energia é reconhecida na rubrica "Faturamento antecipado", no passivo circulante.

2.12 Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas são reconhecidas na demonstração do resultado pelo regime de competência.

3. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Considerando a atividade operacional da Empresa, não há estimativas contábeis que representem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Gestão de capital

Pelo fato da Empresa possuir basicamente itens do ativo imobilizado em seu ativo e esses itens serem utilizados para cogeração de energia elétrica através do vapor adquirido por meio de contrato com a SM. A administração enxerga que ela não está exposta a nenhum risco financeiro comumente gerenciado, que são os riscos de liquidez, de mercado, operacional ou de capital.

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir este custo.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2026	2025
Caixa e bancos	4	5
Total de caixa e equivalentes de caixa	4	5
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (i)	39.472	17.221
Total de aplicações financeiras	39.472	17.221

- (i) Fundos de investimento com rentabilidade média anual de 100,8% do CDI (2025 – 101,6% do CDI). Os fundos de investimento exclusivos Sugar Cane I, II e III são fundos de renda fixa crédito privado referenciados DI, geridos pela Bradesco Asset Management, Itaú Unibanco Asset Management e BTG Pactual Asset Management respectivamente e administrados pelo Banco Bradesco, Itaú Unibanco e BTG Pactual Serviços Financeiros respectivamente. Estes fundos foram constituídos com o propósito exclusivo de participação da Empresa. As demais obrigações relacionadas ao fundo são principalmente as taxas administrativas para manutenção da carteira. Os rendimentos reconhecidos refletem as marcações diárias nas posições dos fundos e os ativos possuem liquidez em mercado secundário, sendo o valor da cota composto por: títulos públicos em 56% (2025 - 64%), letras financeiras em 29% (2025 - 19%) e demais títulos privados em 15% (2025 - 17%).

6. Contas a receber de clientes

O saldo em aberto no contas a receber refere-se à venda de energia elétrica com vencimento em até 12 meses. A Empresa não tem perdas esperadas sobre o saldo em aberto e conseqüentemente não tem constituído perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa.

A análise de vencimentos das contas a receber nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2026 e 2025 está apresentada a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2026	2025
A vencer:		
em até 30 dias	61	61
após 61 dias	-	8
	<u>61</u>	<u>69</u>
Vencidos:		
de 31 a 60 dias	42	-
de 61 a 90 dias	42	-
de 91 a 120 dias	85	-
	<u>169</u>	<u>-</u>
	<u>230</u>	<u>69</u>

7. Imposto de renda e contribuição social

Para o exercício das demonstrações financeiras atuais e em 31 de março de 2025, a Empresa optou pela tributação do imposto de renda e contribuição social pelo lucro presumido.

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está apresentada abaixo:

	2026		2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Venda de energia elétrica	60.800	60.800	24.155	24.155
Presunção	8%	12%	8%	12%
	<u>4.864</u>	<u>7.296</u>	<u>1.932</u>	<u>2.899</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	3.766	3.766	1.543	1.543
Base tributação	8.630	11.062	3.475	4.442
Alíquota tributo	25%	9%	25%	9%
	<u>(2.158)</u>	<u>(996)</u>	<u>(869)</u>	<u>(400)</u>
Efeito do adicional do IRPJ	16	-	26	-
	<u>(2.142)</u>	<u>(996)</u>	<u>(843)</u>	<u>(400)</u>
Total IRPJ e CSLL		<u>(3.138)</u>		<u>(1.243)</u>
IRPJ e CSLL correntes		<u>(3.138)</u>		<u>(1.243)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imobilizado

	Equipamentos e instalações industriais
Saldos em 31 de março 2024 (não revisado)	54.257
Aquisição	4.644
Depreciação	(2.182)
Saldos em 31 de março 2025	56.719
Custo total	58.901
Depreciação acumulada	(2.182)
Saldos em 31 de março 2025	56.719
Aquisição	165
Baixa	(7)
Depreciação	(3.009)
Saldos em 31 de março 2026	53.868
Custo total	59.059
Depreciação acumulada	(5.191)
Valor residual	53.868
Taxas médias de depreciação	5%

9. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Saldos

O saldo de R\$ 215 (em 31 de março de 2025 R\$ 598) registrado na rubrica de fornecedores, R\$ 35 (em 31 de março de 2025 R\$ 303) refere-se ao saldo do contas a pagar para a São Martinho S.A. relacionado a compra de vapor e ao rateio de serviços compartilhados.

b) Transações

	2026	2025
Venda de Energia elétrica (i)	-	441
Compra de vapor (ii)	(13.219)	(12.584)
Rateio de serviços compartilhados - Nota 15 (ii)	(145)	(143)

(i) As transações de venda de energia elétrica referem-se a venda para a São Martinho S/A (em 31 de março de 2025 R\$ 294) e para a Bioenergia São Martinho S/A não houve transação entre as partes em 31 de março de 2026 (em 31 de março de 2025 R\$ 147).

(ii) As transações referem-se à compra de vapor e rateio de serviços compartilhados com a São Martinho S/A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As transações com partes relacionadas estão suportadas por contratos e em condições estabelecidas entre as partes.

Os preços praticados estão de acordo com o mercado, sendo revisados periodicamente e aprovados pela administração.

c) Remuneração dos Administradores

A alta administração do Grupo São Martinho atua em nível corporativo e sua remuneração não gerou despesas para a Empresa.

10. Empréstimos e financiamentos

O saldo refere-se a empréstimo contratado junto ao BNDES para financiar a construção da planta, cuja taxa é IPCA + 3,6% com vencimento para 2041, sendo R\$ 2.653 (em 31 de março de 2025 R\$ 2.578) classificados no passivo circulante e R\$ 42.865 (em 31 de março de 2025 R\$ 43.291) no passivo não circulante.

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o exercício:

Movimentação da dívida	2026	2025
Saldo no início do exercício	45.869	41.588
Captação de financiamentos	-	4.181
Amortização de principal	(2.216)	(1.981)
Pagamento de juros	(1.629)	(1.466)
Provisão de juros e atualização monetária	3.494	3.547
Saldo no final do exercício	45.518	45.869

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo possuem a seguinte composição de vencimentos:

	2026
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	2.415
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	2.501
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	2.590
De 1º/04/2030 a 31/03/2031	2.682
De 1º/04/2031 a 31/03/2032	2.778
De 1º/04/2032 a 31/03/2033	2.877
De 1º/04/2033 a 31/03/2034	2.979
De 1º/04/2034 a 31/03/2035	3.085
De 1º/04/2035 a 31/03/2036	3.195
A partir de 1º/04/2036	17.763
	42.865

A Empresa não possui, em seus contratos de empréstimos e financiamentos vigentes, cláusulas restritivas (covenants) relacionadas a índices financeiros ou obrigações específicas de desempenho.

Todos os contratos firmados possuem condições comerciais usuais de mercado, sem imposições de manutenção de indicadores financeiros, restrições à distribuição de dividendos, limites de endividamento ou obrigações similares.

11. Faturamento antecipado

Nas demonstrações financeiras atuais, o saldo de R\$ 7.017 (em 31 de março de 2025 R\$ 6.730) registrado no passivo circulante refere-se aos recebimentos do faturamento de energia elétrica comercializada no leilão, que será apropriado ao resultado mediante a entrega de energia durante o período de safra.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2026 e 2025, o capital social é de R\$ 30.251, representado por 30.251.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00.

b) Reserva de Lucros

A Reserva de Lucros corresponde à parcela do lucro líquido do exercício que não é distribuída aos sócios, permanecendo na empresa com a finalidade de reforçar o patrimônio líquido, preservar a saúde financeira e sustentar o crescimento das operações.

Nas sociedades limitadas, a constituição de reservas de lucros é regida principalmente pelo Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e pelo Contrato Social, não havendo obrigatoriedade legal de reserva específica, como ocorre nas sociedades anônimas, salvo disposição contratual.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026, em ata de reunião da única sócia, foi aprovado a absorção do prejuízo do exercício social de 31 de março de 2025 no valor de R\$ 9.208 por reserva de lucros. Também foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R\$ 9.785 provenientes do lucro acumulado do exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Compromissos

A Empresa estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Atualmente, o compromisso que merece destaque na presente demonstração financeira é:

Fornecimento de Energia Elétrica

A Empresa mantém compromisso de comercialização de 177.068 MWh/ano de energia elétrica, negociado por meio do quarto leilão A-6 de 2019 pelo prazo de 25 anos a partir de 2025.

Conforme as diretrizes comerciais estabelecidas pela Companhia os contratos têm vigência inicial de 12 meses, com possibilidade de renovação por igual período, exceto nos casos de contratos relacionados a leilões e com a CPFL. Dessa forma, a Companhia assume compromissos de comercialização de energia elétrica, com montantes de garantia física totalizando 32.296 MWh/ano, conforme estabelecido pela Portaria SNTep/MME nº 2.848, de 1º de outubro de 2025. Esses montantes de garantia física e de disponibilidade mensal de energia foram renovados e terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

14. Receitas

	2026	2025
Receita bruta de vendas		
Venda de energia elétrica	60.800	24.155
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(2.220)	(881)
	<u>58.580</u>	<u>23.274</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Custos e despesas por natureza

	2026	2025
Insumos	(13.218)	(13.327)
Energia para revenda (i)	(7.314)	(10.997)
Depreciação	(3.009)	(2.182)
Taxa de comercialização de energia	(2.478)	(1.506)
Rateio de serviços compartilhados (nota 9)	(145)	(143)
Serviços de terceiros	(60)	(64)
Peças e Serviços de Manutenção	(43)	(28)
Outras receitas e despesas	(559)	87
	<u>(26.826)</u>	<u>(28.160)</u>
Classificadas como:		
Custo dos produtos vendidos	(24.116)	(26.426)
Despesas com vendas	(2.543)	(1.560)
Despesas gerais e administrativas	(167)	(174)
	<u>(26.826)</u>	<u>(28.160)</u>

- (i) O valor de energia elétrica para revenda corresponde ao valor dispendido pela Empresa para aquisição no mercado para atendimento de demandas no exercício.

16. Resultado financeiro

	2026	2025
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.766	1.543
	<u>3.766</u>	<u>1.543</u>
Despesas financeiras		
Juros Financiamentos	(3.494)	(3.547)
Despesas bancárias	(8)	(42)
	<u>(3.502)</u>	<u>(3.589)</u>
Resultado financeiro	<u>264</u>	<u>(2.046)</u>

17. Cobertura de seguros

A Empresa tem sua planta industrial dentro da área de sua controladora São Martinho S.A., e é contemplada por sua apólice de seguros.

* * *